



**ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO  
AMBIENTE – CEMAAM, REALIZADA NO  
DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2019.**

1  
2  
3  
4  
5  
6 Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, foi realizada  
7 a Sexagésima Reunião Ordinária do CEMAAM, no Sala de Reunião Engels Medeiros  
8 – Sede da FIEAM, onde foi discutida a seguinte pauta: **1.** Abertura da reunião pelo  
9 Presidente; **2.** Leitura e aprovação das atas da 58ª e 59ª Reunião Ordinária e 69ª  
10 Reunião Extraordinária do CEMAAM, respectivamente; **3.** Análise e deliberação sobre  
11 a proposta de alteração do art. 59, da resolução/CEMAAM nº 30, de 30 de outubro de  
12 2018, analisada pela CT de Floresta; **4.** Aprovação do Calendário de Reuniões do  
13 CEMAAM e Câmara Técnicas para o exercício de 2020; **5.** Análise e deliberação sobre  
14 o uso do Recurso do FEMA para apoio as atividades administrativas do CEMAAM,  
15 exercício de 2020; **6.** Apresentação do balanço das atividades realizadas pelo  
16 CEMAAM em 2019; **7.** O que houver. **Estiveram presentes os seguintes**  
17 **conselheiros e convidados:** Eduardo Costa Taveira (SEMA), Luís Henrique Piva  
18 (SEMA), Kelly Navegante de Melo (AENAMBAM), Camila Martins Pires (ALE-AM  
19 CAAMA), Alice Maria Costa do Nascimento Amorim (CPRM), Marcos Anderson  
20 Pinheiro Nogueira (FAEA), Carlos Roberto Bueno (FAS), Renée Fagundes Veiga  
21 (FIEAM), Ana Cristina Ramos (FVA), Adenilde Pinto de Almeida (GTA), Evandro  
22 Batista Lima (IAAN), Fernanda de Almeida Meirelles (IDESAM), Basílio Frasco Vianez  
23 (INPA), Samya de Oliveira Sanches (IPAAM), Karen Rosendo de Almeida Leite  
24 (IPAAM), Cyntia Costa de Lima (OAB/AM), Camila Alice da Costa Mota (SEMMAS),  
25 Zayra Tays Albuquerque da Silva (SECT), Malvino Salvador (SEPROR), Maria da  
26 Glória Gonçalves Melo (UEA) e Henrique dos Santos Pereira (UFAM). **Convidados**  
27 **ou ouvintes:** Felipe Melo de Oliveira (CMPMI), Lucio Guimarães de Góes Filho  
28 (SEMA), Adriano Cesar Ribeiro (FEDENFLOR), Josemar Braga (AENAMBAM),  
29 Glauce Monteiro (SEMA), Alecsandra Tavares (SEMA) E Edheyberg Pereira Gama.  
30 **Instituições ausentes:** ALE-AM (COMAPA), CNS, COIAB, CRBio,- 06, CREA,  
31 EMBRAPA, FACEA, FETAGRI, FOPES, IBAMA, ICMBIO, INCRA, FMF, MNCR,



32 OAB/AM. **O presidente da sessão, Eduardo Costa Taveira**, realizou a primeira  
33 chamada às 08h45min, e às 09h deu início a Sexagésima Reunião Ordinária do  
34 Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEMAAM, congratulando aos conselheiros  
35 pelas atividades desenvolvidas ao longo do ano, a assiduidade dos mesmos às  
36 reuniões e o comprometimento das instituições com a manutenção do CEMAAM e  
37 sugeriu ainda que a **assessora Glauce Monteiro [Eu]**, providenciasse o envio de  
38 cartas de reconhecimento às instituições. **O presidente da sessão, Eduardo Costa**  
39 **Taveira**, questionou se todos haviam recebido as atas via e-mail, os conselheiros  
40 confirmaram, fez então a leitura da 58ª Reunião Ordinária do CEMAAM que foi  
41 considerada **APROVADA** por unanimidade e sem ressalvas. **O presidente da**  
42 **sessão**, prosseguiu para leitura da 59ª Reunião Ordinária do CEMAAM e a  
43 **conselheira representante da FVA, Ana Cristina**, sugeriu que seja especificado o  
44 encaminhamento a ser dado na segunda página da Ata. **O presidente da sessão**,  
45 concordou e pediu que constasse em ata que a revisão deste será feita pela Câmara  
46 Técnica Jurídica. A referida conselheira fez ainda outras contribuições e após as  
47 alterações, a ata da 59ª Reunião Ordinária foi considerada **APROVADA**. **O**  
48 **presidente da sessão**, seguiu para a leitura da Ata da 69ª Reunião Extraordinária do  
49 CEMAAM, que recebeu novamente contribuições da supracitada conselheira e em  
50 seguida foi considerada **APROVADA**. **A conselheira representante da FVA, Ana**  
51 **Cristina**, solicitou para que seja transcrito em ata as objeções, discordâncias e os  
52 consensos deliberados na Plenária referente à determinada situação, registrando-se  
53 a contagem dos votos de maneira padronizada. **O presidente da sessão**, pediu que  
54 seja elaborada e anexada à Ata, uma tabela com os encaminhamentos, seus prazos  
55 e responsáveis, para facilitar eventuais consultas ao conteúdo. Feito isso, prosseguiu  
56 para o terceiro item da pauta, análise e deliberação sobre a proposta de alteração do  
57 art. 59, da resolução/CEMAAM nº 30, de 30 de outubro de 2018, analisada pela CT  
58 de Floresta. **O presidente da sessão**, solicitou que a relatora fosse a **conselheira**  
59 **representante da FIEAM, Renée Veiga**, e acrescentou que apesar da primorosa  
60 elaboração das alterações do artigo, tem dúvidas quanto a sua operacionalização,  
61 pois contempla áreas interestaduais em que, ainda que a extração madeireira fosse



62 autorizada nos dois Estados, exige-se que ocorra a prévia beneficiação da madeira  
63 no Amazonas, o que foge à realidade do ponto de vista operacional, pois as atividades  
64 em pontos de fronteira são delicadas. Informou que os Governadores de Rondônia e  
65 do Amazonas o contataram acerca dos prejuízos que esta resolução traria aos seus  
66 respectivos Estados, afirmou a eles que o interesse do Estado do Amazonas seria  
67 prioridade e que era necessário o acionamento do CEMAAM, o que foi feito pela  
68 FEDEMFLOR. A **conselheira representante da FIEAM, Renée Veiga**, informou que  
69 houve análise do caso pela Câmara Técnica de Florestas, e leu a Ata da Reunião da  
70 Câmara Técnica realizada aos doze dias de dezembro de 2019 que tratou da análise  
71 do art. 59, da resolução/CEMAAM nº 30, de 30 de outubro de 2018. Afirmou que houve  
72 uma pesquisa na legislação dos Estados da Amazônia Legal, onde há beneficiamento  
73 madeireiro e constatou-se que em nenhum deles é obrigatório o primeiro  
74 desdobramento. A **conselheira representante da FIEAM, Renée Veiga**, afirmou  
75 também que a Câmara Técnica de Florestas não considera pertinente a prorrogação  
76 desta vigência, sugerindo a revogação do artigo, uma vez que a manutenção dos  
77 ganhos do Estado sobre o produto já é garantida na pauta mínima de preços  
78 estabelecido pela SEFAZ, com valor do ICMS diferenciado, portanto, o parecer da  
79 Câmara é favorável à retirada de madeira em toras do Estado, sem que seja  
80 obrigatório o prévio beneficiamento. **O Conselheiro Representante da SEPROR,**  
81 **Malvino Salvador**, relatou que a temática de oneração de madeira em tora é  
82 recorrente, sendo discutida em 1995 pelo Governo que sobretaxou em 1.000% (um  
83 mil *per centi*), não a tendo proibido; afirmou que atualmente em Lábrea há muita  
84 madeira saindo e não há cerraria, mas [deveria haver] uma indústria de desdobro,  
85 visto que o indivíduo que tem um plano de manejo não dispõe de opções para  
86 desdobrar a madeira, sendo obrigado a vendê-la em tora. Posicionou-se favorável à  
87 retirada do artigo, e disse que caso seja necessário, é possível sugerir à SEFAZ uma  
88 revisão ao valor. **O Conselheiro Marco Antônio Pinheiro, representante da FAEA,**  
89 alegou preocupar-se com a aparente ilegalidade do artigo. **O presidente da sessão,**  
90 concordou com o Conselheiro Malvino Salvador, dizendo que não há infraestrutura  
91 para realizar o desdobro da madeira próximo aos pontos de extração, inviabilizando o



92 negócio e aumentando a ilegalidade. Não sendo viável ao empreendedor construir  
93 serrarias para desdobramento, pois não será agregado valor do ponto de vista da  
94 negociação da madeira ou do próprio município, uma vez que estas áreas estão  
95 distantes das cidades; acrescentou que o mecanismo existente de oneração da saída,  
96 a sobretaxa no ICMS que pode ser reajustado futuramente com a SEFAZ, já é eficiente  
97 e que o artigo supracitado não contribui na resolutividade que se propõe, pois é  
98 impraticável. **A conselheira representante da FIEAM, Renée Veiga**, complementou  
99 lembrando das dificuldades logísticas do Estado do Amazonas e da implantação de  
100 indústrias no interior; afirmou que a indústria madeireira sofreu uma baixa temporada  
101 nas últimas décadas, devendo ser incentivada a extração madeireira legalizada por  
102 meio de concessões florestais e concessões para recuperação de áreas degradadas,  
103 diminuindo-se a burocracia e facilitando o acesso aos planos de manejo; a conselheira  
104 sugeriu ainda, que esta questão seja uma das metas de explanação do CEMAAM no  
105 ano seguinte. O **presidente da sessão**, abriu as discussões acerca do tema,  
106 questionando se havia algum apontamento a ser feito ou discordâncias. A  
107 **conselheira representante do IDESAM, Fernanda Meirelles**, lamentou não ter tido  
108 a oportunidade de discutir o tema com a parte especializada de manejo florestal do  
109 IDESAM e por esse motivo, declarou sua abstenção na votação. A **conselheira**  
110 **representante da FVA, Ana Cristina Ramos**, também afirmou sentir-se  
111 desconfortável por não ter analisado o tema e, portanto, declarou sua abstenção na  
112 votação caso esta ocorresse durante a reunião. O **presidente da sessão** lembrou  
113 que análise da Câmara Técnica de Florestas, constatou que não há semelhante  
114 legislação nos demais estados da Amazônia Legal, o que garante suficiente respaldo  
115 a uma possível revogação do artigo; declarou que entende o posicionamento das  
116 conselheiras e deixou claro que do ponto de vista da Secretaria não há nenhuma  
117 pressão do Governo para revisar este artigo, pois não partiu da SEMA a discussão do  
118 assunto, mas sim da FEMDEFLORE que acionou o CEMAAM no dia 04 (quatro) de  
119 dezembro. Citou as dificuldades de fiscalizar a execução da lei e pediu que os  
120 conselheiros votem de acordo com a consciência e o posicionamento das referidas  
121 instituições. O **conselheiro representante da FAS, Carlos Bueno**, disse que as



122 discussões na Câmara Técnica foram muito proveitosas e levaram ao consenso  
123 explanado, informou ainda que o outro **conselheiro representante do IDESAM**,  
124 membro da Câmara ausente à plenária, já havia se manifestado a favor do  
125 posicionamento da Câmara no grupo do aplicativo de mensagens instantâneas. A  
126 **conselheira representante do IDESAM, Fernanda Meirelles**, afirmou que o  
127 questionara sobre o assunto e estava aguardando seu retorno pelo mesmo aplicativo.  
128 A **conselheira representante do IPAAM, Samya Oliveira Sanches**, reforçou que a  
129 discussão sobre a manutenção do artigo ocorre de maneira bem esclarecida dentro  
130 da SEMA e do IPAAM, com o entendimento de que, na teoria, seria proveitoso que o  
131 beneficiamento ocorresse no estado, no entanto, não é aplicável nas atuais  
132 circunstâncias pois há carência de empreendimentos deste gênero às proximidades  
133 da área extrativista, sendo necessária a exclusão o artigo no momento, podendo  
134 futuramente ser implementado caso disponha-se de infraestrutura. Após elucidações,  
135 o presidente abriu a votação pela revogação do artigo 59, da resolução n 30 de 2018  
136 do CEMAAM, sendo considerada **APROVADA**, houve 12 votos favoráveis, 1 contrário  
137 e 2 abstenções. Indicou uma análise do atual instrumento tributário da SEFAZ para  
138 possível reajuste, havendo a proposta de que em áreas onde há intenso manejo,  
139 sejam integrados pequenos manejos comunitários que possam fazer a parte de  
140 beneficiamento integrado nessas agendas à título de redução do ICMS para grandes  
141 empreendedores, sendo preciso entender a dinâmica deste setor sem  
142 necessariamente prejudicar o empreendedor, podendo este assunto ser colocado na  
143 pauta de reunião em que a SEFAZ seja convidada a participar, para informar quanto  
144 de recurso entrou efetivamente no Estado, se esta ferramenta é funcional; podendo  
145 ser analisado o ponto de vista de outros estados e sua política quanto à tributação,  
146 zelando pela jurisprudência. **O conselheiro representante da FAS, Carlos Bueno**,  
147 afirmou que o Grupo de Estudos de Manejo Florestal já foi retomado e têm como uma  
148 das pautas a proposta de uma resolução que será encaminhada à Câmara Técnica  
149 de Florestas e posteriormente apresentada à Plenária. O **presidente da sessão**,  
150 confirmou que este assunto será abordado futuramente, agradeceu as manifestações  
151 dos conselheiros, afirmou que é o objetivo de diversas instituições que o setor



152 extrativista madeireiro legalizado tenha um bom desenvolvimento e prosseguiu para  
153 o próximo item da pauta, aprovação do Calendário de Reuniões do CEMAAM e  
154 Câmara Técnicas para o exercício de 2020. O Secretário Executivo do CEMAAM, Luís  
155 Piva, agradeceu a compreensão dos conselheiros pela transferência da data da  
156 reunião que foi remarcada para 18 de dezembro. Após análise da plenária, o  
157 presidente abriu a votação e o calendário de atividades em 2020 do Conselho  
158 Estadual de Meio Ambiente foi considerado **APROVADO** por unanimidade. O  
159 presidente colocou em discussão o calendário e as pautas das Câmaras Técnicas, a  
160 assessora Glauce e o Secretário Executivo Luís Piva, apresentaram as propostas de  
161 cronograma e elucidaram alguns questionamentos, o presidente também fez uma  
162 introdução acerca das funções do GENFI e o **conselheiro representante da FAS,**  
163 **Carlos Bueno,** solicitou alteração na data da primeira reunião do grupo, pois precisa  
164 comparecer à compromissos na sua instituição. O presidente concordou e explanou  
165 as pautas do grupo, dentre elas a elaboração do edital para concessão da floresta de  
166 Maués, afirmando que este precisa ser discutido e elaborado o quanto antes, dizendo  
167 que o conselho teve uma importante participação junto à PGE na alteração do artigo  
168 que levava ao Congresso Nacional a autorização desta concessão, trazendo de volta  
169 à Assembleia Legislativa do Estado, situando-se atualmente na Casa Civil, onde há  
170 boas perspectivas quanto a sua aprovação. O **Presidente da Sessão** sugeriu que  
171 dentro da discussão da política de implantação da Política Florestal no Amazonas seja  
172 revisto o valor da sobretaxa de ICMS junto à SEFAZ, além da atualização do Decreto  
173 Estadual nº 10.028, de 1987. O **presidente da Sessão** citou a realização da semana  
174 de conciliação onde o IPAAM esteve firmando acordos para pagamento das multas  
175 dos autos de infração e informou que 10% do valor arrecadado (conforme os termos  
176 de ajuste de conduta assinado, que geralmente reduz em 90% os valores das multas)  
177 será destinado ao FEMA, sendo importante finalizar as normas para uso do referido  
178 fundo. A **conselheira representante da FVA, Ana Cristina,** afirmou que com o  
179 lançamento do edital para financiamento de projetos pelo fundo será dispensada a  
180 necessidade de análise aos projetos que foram encaminhados ao CEMAAM em data  
181 anterior a do edital, sugeriu ainda que fosse enviado um informe às entidades que



182 elaboraram tais projetos quanto à abertura do edital. **O conselheiro representante**  
183 **da FAS, Carlos Bueno**, questionou a frequência semanal das reuniões das câmaras  
184 e o presidente da sessão disse que o cronograma de cada câmara/grupo de trabalho  
185 é maleável e seguirá conforme a disponibilidade dos conselheiros, as datas orientam  
186 apenas o andamento das atividades para a secretaria. **O presidente da sessão**  
187 sugeriu uma inversão de pauta para apresentação das atividades realizadas no  
188 CEMAAM no ano de 2019, em votação, a inversão foi considerada **APROVADA**. **O**  
189 **Secretário Executivo do CEMAAM, Luís Henrique Piva**, iniciou a apresentação  
190 dizendo que neste ano foram resolvidas algumas demandas reprimidas dos anos  
191 anteriores, agradecendo aos conselheiros pelo empenho e disponibilidade; informou  
192 que 33 (trinta e três) processos foram distribuídos para análise e relatoria, entre os  
193 quais 18 (dezoito) foram deliberados, acrescentando que as discussões sobre os  
194 recursos em plenária são extensas assim como a análise dos relatores. O secretário  
195 alegou ser necessária a realização de capacitação sobre análise e deliberação de  
196 processos. Informou que no ano corrente houve a publicação do decreto nº 40.768 de  
197 10 de junho de dois mil de dezenove, que regulamenta o Fundo Estadual de Mudanças  
198 Climáticas e Mudanças Ambientais – FEMUCS, discussão gerada e produzida  
199 totalmente dentro do conselho, a elaboração da resolução nº 31, que aprova o  
200 regimento interno do Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA e dá outras  
201 providências; a revisão do regimento interno do conselho que fora aprovada;  
202 elaboração da minuta do decreto que dispõe sobre a execução da política de resíduos  
203 sólidos, também aprovada na mesma reunião; apresentou as metas e  
204 encaminhamentos para 2020. O secretário leu a recomendação da PGE sobre a  
205 necessidade de regulamentar a política de reciclagem de cabos de cobre da lei nº  
206 4659 de 27 agosto de 2018, que dispõe sobre cadastro, compra, venda ou troca de  
207 cabo de cobre, alumínio, baterias e transformadores para reciclagem no Estado do  
208 Amazonas, considerando que na referida lei não foi estipulada a secretaria ou órgão  
209 responsável por este cadastro, na oportunidade, nos termos da promoção 77 de 2019  
210 da PGE, informam que o mais adequado seja o encaminhamento da demanda ao  
211 CEMAAM para que seja elaborada a minuta do decreto; o Presidente da sessão,



212 informou que esta demanda será enviada à Comissão Provisória de Resíduos sólidos.  
213 Afirmou ainda que, será retomada a discussão da política florestal do Amazonas e  
214 descreveu outras atividades. A **conselheira representante do IDESAM, Fernanda**  
215 **Meirelles**, pediu que fosse promovido o diálogo entre as comunidades detentoras da  
216 floresta e as empresas beneficiadoras. A **conselheira representante da FVA, Ana**  
217 **Cristina**, reforçou que diante de uma demanda enorme ligadas a elaboração de  
218 minutas e resoluções, acredita ser importante que na primeira reunião a própria  
219 secretaria possa estabelecer as prioridades, visto que há o projeto de serviços  
220 ambientais em andamento com cronograma estipulado. Pediu ainda que seja enviado  
221 aos conselheiros as versões finais dos dispositivos legais aprovados em plenária. O  
222 **presidente da sessão** concordou e pediu que a assessora Glauce Tavares Monteiro  
223 entrasse em contato com o Dr. Daniel da PGE, que ofereceu disponibilizar lhes um  
224 compêndio atualizado das principais legislações ambientais. A conselheira  
225 supracitada pediu ainda a elaboração de uma tabela informativa de todos os grupos e  
226 câmaras ativas do conselho. A **conselheira representante do IDESAM, Fernanda**  
227 **Meireles**, pediu a disponibilidade de todos os atos do conselho no site da secretaria.  
228 A assessora Glauce Tavares informou que no site da SEMA consta todas as  
229 resoluções e que até janeiro estarão também todas as atas. O **presidente da sessão**  
230 voltou para o item 5 da pauta, que fora postergado, análise e deliberação sobre o uso  
231 do Recurso do FEMA para apoio as atividades administrativas do CEMAAM, exercício  
232 de 2020; afirmou que será abordada a proposta de utilização de uma porcentagem  
233 dos recursos para a adequação do auditório no prédio que sediará a SEMA, afim de  
234 que se tenha um local para desenvolver as reuniões do conselho. O **secretário**  
235 **executivo, Luís Henrique Piva**, alegou que a nova sede da SEMA foi construída com  
236 recursos do projeto PROFLORAM, financiado pelo banco KFW, pela cooperação  
237 financeira da Alemanha, é um prédio de quase oito milhões de reais que à atual gestão  
238 coube finalizar e entregar. Afirmou que o prédio está pronto, mas não houve  
239 disponibilização de recursos para mobiliá-lo, apesar de funcional. A proposta seria  
240 então de orçar a equipagem de uma área para sonorização, na ampla sala onde as  
241 reuniões do conselho poderão ser registradas; informou que o orçamento requer 5%





242 do valor do fundo disponível no exercício, por volta de R\$20.000,00 (vinte mil reais),  
243 para obtenção do mobiliário e dos aparelhos. A assessora Glauce Tavares corroborou  
244 a fala anterior citando a resolução nº 31, publicada em 14 de novembro de 2019, que  
245 permite a disposição desta porcentagem com esta finalidade. O **presidente da**  
246 **sessão** afirmou que a SEMA irá auxiliar caso mais recursos financeiros sejam  
247 utilizados. A **conselheira representante da FVA, Ana Cristina**, questionou a  
248 necessidade de deliberação acerca do uso do recurso, uma vez que existe decreto  
249 que destina esta porcentagem, especificamente, para custear despesas  
250 administrativas do CEMAAM, pediu ainda que a SEMA disponibilize uma equipe para  
251 acompanhar o desenvolvimento dos projetos que receberem apoio financeiro do  
252 FEMA por meio do edital. O **presidente da sessão** garantiu que à SEMA cabe  
253 acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos e assim procederá, citou a extensão  
254 das atividades que suceder-se-ão ao lançamento do edital, das quais o departamento  
255 jurídico da SEMA e a Câmara Técnica Jurídica do CEMAAM deverão ocupar-se;  
256 afirmou que serão necessários recursos para manutenção do conselho futuramente.  
257 A **conselheira representante do IDESAM, Fernanda Meirelles**, perguntou qual seria  
258 o valor arrecadado em exercício, visto que os 5% resultaram em apenas R\$20.000,00  
259 (vinte mil reais), questionando se o valor a ser arrecadado com as conciliações não  
260 alteraria esta quantia. O **presidente da sessão** justificou que este valor pode subir  
261 em abril ou maio, quando há a abertura do orçamento, mas que no momento esta  
262 quantia é a que prevê o PPA, de alocação de recursos para o fundo em função do  
263 histórico de não utilização, este recurso será utilizado para engrenar a execução e  
264 depois será prestado contas de sua destinação ao conselho, mas a partir de maio há  
265 perspectivas de aumento. O **conselheiro representante o IAN, Evandro Lima**,  
266 questionou se a utilização do recurso seria votada durante a presente reunião e o  
267 **secretário executivo Luís Piva** esclareceu que a legislação permite a utilização para  
268 despesas deste caráter, no entanto, para fins de transparência optou-se por explicar  
269 o assunto na plenária. Sempre houve a intenção de separar um valor para financiar a  
270 operação do conselho, são muitos os recursos para lançamento de edital, então houve  
271 este destrave na utilização do recurso. O **presidente da sessão** colocou em votação



272 a utilização dos R\$20.000,00 (vinte mil reais) para a equipagem do auditório do  
273 CEMAAM, que foi considerado **APROVADO**. O **presidente da sessão** passou para  
274 os informes, dizendo que a SEMA participou da COP 2020 em Madrid, que foi muito  
275 proveitosa, em especial a entrega de projetos aprovado recentemente na Alemanha  
276 para o banco alemão, que disponibilizará € 10.000.000,00 (dez milhões de euros) para  
277 aplicação prioritária nos municípios do sul do Estado do Amazonas, com a prerrogativa  
278 estabelecida pela lei de serviços ambientais de utilização deste recurso nas unidades  
279 de conservação, focando na regularização fundiária, nas causas identificadas do  
280 desmatamento ilegal, na melhoria dos sistemas de licenciamento do IPAAM e o  
281 zoneamento ecológico-econômico, sendo estas as três vertentes a serem trabalhadas  
282 nesta área que representa 90% (noventa por cento) do desmatamento e dos incêndios  
283 de todo o Estado do Amazonas. Outra determinação na reunião foi a utilização do  
284 fundo Amazônia, sobre o qual o governador teve uma reunião com o superintendente  
285 do BNDS na COP, este garantiu a liberação dos recursos do PROJECAR para o início  
286 de 2020. Então, o projeto fora orçado inicialmente em € 30.000.000,00 (trinta milhões  
287 de euros) na gestão anterior e foi assinado nesta gestão, tendo sido autorizada as  
288 contratações e licitações, o que possibilita prever o grande número de cadastros  
289 ambientais rurais para o ano, nas áreas do sul do Estado, eixo da BR 319, parte da  
290 área da região metropolitana de Manaus. Esses trabalhos têm como objetivo o  
291 monitoramento de atividades ilegais e o licenciamento de  
292 empreendimentos/propriedades em conformidade. O **Presidente** informou ainda que  
293 no ano de 2020 ocorrerá a reunião dos 33 governadores cujo território administrado  
294 têm florestas, reunindo assim 18 países em força tarefa, que estarão aqui do dia cinco  
295 a sete de maio de 2020, para discussão das propostas relacionadas não só às  
296 reduções das emissões, mas também à pauta econômica dentro da agenda  
297 ambiental, convidou os conselheiros a participarem. O **presidente da sessão** pediu à  
298 **assessora Glauce Tavares** que reservasse as datas para que os conselheiros  
299 possam programar-se. Disse que no evento do consórcio dos governadores Amazon-  
300 Madrid, os governadores da região norte assumiram compromisso para a redução das  
301 emissões, em especial o compromisso de redução do desmatamento na Amazônia e



302 elaboração de mecanismos que possam estimular uma economia de baixo carbono  
303 na região, o que foi muito positivo, e citou o envio de uma carta ao consórcio assinada  
304 pelo presidente do Senado Federal, com a presença de vários deputados para ser  
305 encaminhado ao Ministério de Meio Ambiente com esta regulações em relação ao uso  
306 do recurso do Fundo Amazônia e também a redução do desmatamento que vem  
307 continuamente aumentando na nossa região. Criticou o novo adiamento do  
308 financiamento de mudanças nas matrizes econômicas de países em desenvolvimento,  
309 mas elogiou o compromisso assumido, com metas, por governadores de diferentes  
310 posicionamentos políticos em prol da redução do desmatamento. **O Presidente da**  
311 **sessão** justificou, a um conselheiro, o direcionamento de recursos a situações  
312 emergenciais como estratégia de estabelecimento de prioridades, mas destacou que  
313 as regulamentações, em especial a Lei de Serviços Ambientais, as discussões para o  
314 setor florestal e para a agricultura familiar, são mecanismos importantes que  
315 contribuem nos serviços ambientais. Compartilhou sua frustração em tentar mostrar  
316 como as RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável, são geradora de riqueza  
317 não só para a comunidade, mas também aos municípios; citando análises de  
318 produtividade por hectare no Estado, afirmou que em Beruri 40% da renda do  
319 município provém da pesca em unidade de conservação, dos acordos de pesca. Citou  
320 outro caso que consta no relatório da FAS, indicando aumento de 200% na renda da  
321 comunidade, que você tem quando estimula estas cadeias produtivas que são mais  
322 horizontalizada, e isto com todos os problemas que se tem, ambiental, com a ADAF,  
323 do ponto de vista do que se torna um peso na produção econômica. Então, destravar  
324 do ponto de vista legal e criar um ambiente onde esta economia possa de fato ter força  
325 para poder acontecer, ganham todos, a economia da floresta, o pecuarista que  
326 trabalha com tecnologia para aumentar a produtividade, o uso de áreas já degradadas,  
327 então este passa a ser um caso que é possível trazer para debate dentro do CEMAAM  
328 e este é o papel que o conselho pode assumir neste próximo ano, ou seja, escolher  
329 prioridades que sejam efetivas do ponto de vista prático. **O Conselheira**  
330 **representante da UFAM, Henrique Pereira**, informou que a UFAM e a UEA  
331 aprovaram a proposta de trazer para Manaus o Décimo Seminário Brasileiro de Áreas



332 Protegidas e Inclusão Social – SAPIS para 2021, que acontecerá dez anos após  
333 Manaus ter sediado um destes encontros; neste mesmo ano ocorrerá na capital o  
334 Encontro Latino Americano de Áreas Protegidas também, afirmou que esta é uma  
335 oportunidade interessante e pediu apoio das instituições que compõem o conselho  
336 para contribuírem na sua realização, informando que infelizmente os técnicos analista  
337 do ICMBio foram vetados de participar do evento por uma decisão véspera do dia, por  
338 ser um encontro que reúne gestores, comunitários residentes, populações tradicionais  
339 e academia, sendo assim um dos debates mais interessantes no qual o Amazonas é  
340 absolutamente referência, se não pela extensão, pela qualidade das suas áreas  
341 protegidas. O conselheiro representante da FAS, Carlos Bueno, falou que para às  
342 ONGs este ano foi considerado um ano difícil por estas instituições, ainda assim, a  
343 FAS ganhou prêmios, em especial um concedido pela UNESCO entre as cem  
344 melhores ONGs do Brasil e a melhor ONG da região norte exatamente pelo tempo de  
345 seis anos este prêmio nunca foi dado à nenhuma organização da América Latina. No  
346 Amazonas foi o primeiro a ganhar este prêmio, nas suas várias atuações, em toda a  
347 linha de educação e sustentabilidade a FAS atua com muito profissionalismo e está  
348 recebendo o devido reconhecimento. Informou que no dia 23 o BNDES estará  
349 reunindo-se com a FAS para destravar os projetos já aprovados que têm a ver com  
350 os trabalhos desenvolvidos pela FAS que atua na ponta, uma vez que a intenção seja  
351 valorizar o empreendedor ao mesmo tempo em que se previne o desmatamento.  
352 Afirmou que onde a FAS atua há uma redução de 66% do desmatamento e aumentou  
353 220% a renda média, só de pirarucu, neste ano, foram comercializadas 65 toneladas  
354 de plano de manejo; enquanto a farinha do Uarini, produto fantástico, a FAS apoiou a  
355 comercialização, com origem e identificação, de 85 toneladas, valorizando assim as  
356 atividades do homem interiorano; recomendou ainda que entre as futuras atividades  
357 do conselho, ocorram discussões e ações neste sentido. A **conselheira**  
358 **representante da FVA, Ana Cristina**, concordou com a manifestação anterior,  
359 dizendo que este foi um ano bem difícil para as organizações da sociedade civil, sem  
360 vislumbre de melhores perspectiva no ano seguinte quanto a isso, mas confirmou que  
361 os trabalhos continuarão e agradeceu a assessoria dos colegiados que dá suporte



362 aos conselhos, que sempre atende aos pedidos e encaminhamentos do conselho. **O**  
363 **presidente da sessão** concordou que este não é o melhor cenário para a questão  
364 ambiental, mas que segue otimista e persistente quanto às oportunidades que  
365 surgem, incluindo as que aproximam o setor produtor e extrativista do  
366 desenvolvimento sustentável; sugerindo que este é o momento de criar caminhos para  
367 convergir os interesses do governo e da sociedade civil, demonstrando o esforço e a  
368 boa vontade da Administração Pública; afirmou que há bons profissionais nos  
369 ministérios de agricultura e de meio ambiente e disse que há caminhos para facilitar o  
370 diálogo; corroborou com os posicionamentos anteriores, dizendo que as organizações  
371 não governamentais alcançam onde o estado por vezes não chega e garantiu a  
372 missão do CEMAAM de seguir na elaboração de políticas públicas que beneficiem o  
373 meio ambiente promovendo a sustentabilidade. Feitos os informes e não havendo  
374 demais manifestações, o presidente da sessão agradeceu a todos pela presença e  
375 deu por encerrada a Sexagésima Reunião Ordinária do CEMAAM. Eu, Glauce Maria  
376 Tavares Monteiro, assessora do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEMAAM,  
377 lavrei a presente ATA, onde consta a assinatura de todos os presentes.

378

379 **Assinatura dos conselheiros:**

380 Eduardo Costa Taveira (SEMA) \_\_\_\_\_

381 Luís Henrique Piva (SEMA) \_\_\_\_\_

382 Kelly Navegante de Melo (AENAMBAM) \_\_\_\_\_

383 Camila Martins Pires (ALEAM/CAAMA) \_\_\_\_\_

384 Alice Maria Amorim (CPRM) \_\_\_\_\_

385 Marcos Anderson Nogueira (FAEA) \_\_\_\_\_

386 Carlos Roberto Bueno (FAS) \_\_\_\_\_

387 Renée Fagundes Veiga (FIEAM) \_\_\_\_\_



- 388 Ana Cristina Ramos (FVA) \_\_\_\_\_
- 389 Adenilde Pinto de Almeida (GTA) \_\_\_\_\_
- 390 Evandro Batista lima (IAAN) \_\_\_\_\_
- 391 Fernanda de Almeida Meirelles (IDESAM) \_\_\_\_\_
- 392 Basílio Frasco Vianez (INPA) \_\_\_\_\_
- 393 Samya de Oliveira Sanches (IPAAM) \_\_\_\_\_
- 394 Karen Rosendo de Almeida Leite (IPAAM) \_\_\_\_\_
- 395 Cyntia Costa de Lima (OAB/AM) \_\_\_\_\_
- 396 Camila Alice da Costa Mota (SEMMAS) \_\_\_\_\_
- 397 Jose Sandro da Mota Ribeira (SEDECTI) \_\_\_\_\_
- 398 Zayra Tays Albuquerque da Silva (SECT) \_\_\_\_\_
- 399 Malvino Salvador (SEPROR) \_\_\_\_\_
- 400 Maria da Glória Gonçalves Melo (UEA) \_\_\_\_\_
- 401 Henrique dos Santos Pereira (UFAM) \_\_\_\_\_
- 402
- 403 **Participaram com ouvintes:**
- 404 Felipe Melo de Oliveira (CMPMI) \_\_\_\_\_
- 405 Lucio Guimarães de Góes Filho (SEMA) \_\_\_\_\_
- 406 Adriano Cesar Ribeiro (FEDENFLOR) \_\_\_\_\_
- 407 Josemar Braga (AENAMBAM) \_\_\_\_\_
- 408 Alecsandra Tavares (SEMA) \_\_\_\_\_
- 409 Edheyberg Pereira Gama (SEMA) \_\_\_\_\_
- 410
- 411



412

**ANEXO**

ENCAMINHAMENTOS	ACOMPANHAMENTO
1.1 Resgatar a ata da reunião que nomeou os membros do Conselho Deliberativo e Fiscal do FEMUCS	
1.2. Elaboração do edital do FEMA	Em face de elaboração
1.3. Solicitar das instituições o envio dos projetos atualizados	Foi solicitado por meio do e-mail e contato telefônico
1.4. Convocar a comissão de Resíduos Sólidos, a regulamentação da Lei Nº. 4659/2018	
1.5. Enviar aos conselheiros a versão final dos dispositivos aprovados pela plenária	
1.6. Elaborar tabela informativa com os grupos e Câmaras Técnicas ativa no conselho	
1.7. Acompanhamento dos projetos que acessarem os recursos do FEMA	
1.8. Nos dias 05 a 07 de maio, Fórum dos governadores, proposta realizar reunião do CEMAAM, no FORÚM.	

413

414

